

Prefácio

TRÊS OU QUATRO DÉCADAS ANTES DO nascimento de Cristo, a primeira piscina aquecida de Roma foi construída no monte Esquilino. A localização, ao lado dos antigos muros da cidade, era excelente. Algum tempo depois, ela se tornaria uma vitrine para algumas das pessoas mais ricas do mundo, com uma imensa extensão de vilas e jardins luxuosos. Mas havia uma razão para as terras do lado de fora da Porta Esquilina terem permanecido subdesenvolvidas por tanto tempo. Durante muitos séculos, desde os primeiros dias de Roma, aquele fora o local dos mortos. Quando os trabalhadores começaram a construir a piscina, o fedor dos cadáveres ainda pairava no ar. Uma vala, que já fizera parte do antigo sistema defensivo da cidade, estava repleta das carcaças dos que eram pobres demais para serem enterrados em tumbas. Lá é que eram jogados os escravos mortos, “depois de serem retirados de suas estreitas celas”.¹ Abutres, em bandos tão numerosos que ficaram conhecidos como “os pássaros do Esquilino”,² retiravam toda a carne dos ossos. Em nenhum outro local de Roma o processo de gentrificação foi tão dramático. Os pisos de mármore, as fontes cintilantes e os perfumados canteiros de flores foram construídos sobre as costas dos mortos.

Mas o processo de recuperação levou muito tempo. Décadas após o primeiro desenvolvimento da região que ladeava a Porta Esquilina, abutres ainda eram vistos por lá, circulando sobre um local chamado de Sessão. Ele permanecia o que sempre fora: “o local para execução de escravos”.³ Não era — ao contrário das arenas onde os criminosos eram executados

para deleite das massas — um lugar glamouroso. Expostos aos olhos públicos como pedaços de carne em uma banca de mercado, escravos problemáticos eram pregados a cruces. Mesmo quando sementes importadas de terras exóticas começaram a ser plantadas nos jardins emergentes do Esquilino, aquelas árvores desnudas permaneceram como lembranças de seu passado sinistro. Nenhuma morte era mais excruciante ou mais desprezível que a crucificação. Ser pendurado nu, “por longo tempo, em agonia, com feias e inchadas pápulas nos ombros e no peito”,⁴ incapaz de espantar os clamorosos pássaros, era o pior destino que os intelectuais romanos podiam imaginar. E era isso que o tornava tão adequado como punição para os escravos. Sem tal sanção, toda a ordem da cidade poderia desmoronar. O luxo e o esplendor exibidos por Roma dependiam, em última instância, de manter aqueles que os sustentavam em seu devido lugar. “Afinal, temos escravos retirados de todos os cantos do mundo em nossas residências, praticando costumes e cultos estrangeiros, ou nenhum, e é somente por meio do terror que temos a esperança de coagir tal escória.”⁵

Mesmo assim, apesar do efeito salutar da crucificação daqueles que, de outro modo, poderiam ameaçar a ordem do Estado, as atitudes romanas em relação à punição eram permeadas de ambivalência. Naturalmente, para servir como dissuasão, ela precisava ser pública. Nada falava mais eloquentemente sobre uma revolta fracassada que a visão de centenas e centenas de corpos pendurados em cruces, fosse em uma estrada ou em frente a uma cidade rebelde, com as colinas em torno despidas de árvores. Mesmo em tempos de paz, os carrascos transformavam suas vítimas em espetáculos ao pendurá-las de várias maneiras inventivas: “uma invertida, com a cabeça voltada para o chão; outra com uma estaca enfiada nos genitais; outra ainda com os braços presos a uma cangalha”.⁶ No entanto, havia um paradoxo na exposição dos crucificados ao olhar público. O fedor de carniça de sua desgraça era tão intenso que muitos se sentiam conspurcados somente por assistir à crucificação. Os romanos, por mais que adotassem a punição como “penalidade suprema”,⁷ recusavam-se a admitir a possibilidade de tê-la criado. Somente um povo famoso por sua barbárie e crueldade poderia

ter inventado tal tortura: os persas, talvez, os assírios ou os gálicos. Tudo na prática de pregar um homem a uma cruz — uma *crux* — era repelente. “A própria palavra é áspera a nossos ouvidos.”⁸ Era a repulsa singular inspirada pela crucificação que explicava por que os escravos condenados à morte eram executados no pedaço de terra mais pobre e deplorável fora dos muros da cidade e por que, quando Roma se expandiu para além de seus antigos limites, somente as plantas mais exóticas e aromáticas do mundo foram capazes de mascarar a mácula. Também era por isso que, a despeito da ubiquidade da crucificação no mundo romano, poucos pensavam a respeito. A ordem, amada pelos deuses e mantida pelos magistrados investidos de toda a autoridade da maior potência da terra, era o que contava — não a eliminação dos vermes que ousavam desafiar-la. Criminosos derrotados em instrumentos de tortura: por que homens refinados e civilizados deveriam se preocupar com tal imundície? Algumas mortes eram tão repugnantes, tão esquálidas, que era melhor estender um véu sobre elas.

A surpresa, então, não é termos na literatura antiga tão poucas descrições detalhadas daquilo que podia estar envolvido em uma crucificação. A surpresa é termos alguma.* Os corpos dos crucificados, depois de terem alimentado os pássaros famintos, tendiam a ser jogados em uma vala comum. Na Itália, agentes funerários vestidos de vermelho, tocando sinos enquanto caminhavam, usavam ganchos para arrastá-los até a vala. O esquecimento, como a terra solta jogada sobre seus corpos torturados, os sepultava. Isso era parte de sua sina. Mesmo assim, em meio ao silêncio geral, há uma grande exceção que comprova a regra. Quatro relatos detalhados do processo pelo qual um homem pode ser sentenciado à cruz e então sofrer essa punição sobreviveram da Antiguidade. Notavelmente, todos eles descrevem a mesma execução: uma crucificação ocorrida sessenta ou setenta anos após a construção da primeira piscina aquecida de Roma. A localização,

* De fato, as descrições da punição em fontes antigas são tão esparsas que Gunnar Samuelsson, em uma monografia recente, argumentou (controversamente) que “antes da execução de Jesus, não existia uma punição definida chamada de ‘crucificação’” (p. 205).

no entanto, não era o Esquilino, mas um monte fora dos muros de Jerusalém — o Gólgota, “que quer dizer ‘Lugar da Caveira’”.⁹ A vítima, um judeu chamado Jesus, pregador errante da obscura cidade de Nazaré, na região ao norte de Jerusalém conhecida como Galileia, fora condenado por um crime capital contra a ordem romana. Os quatro primeiros relatos de sua execução, escritos algumas décadas após sua morte, especificam o que isso significou na prática. O homem condenado, após ser sentenciado, foi entregue aos soldados para ser açoitado. Em seguida, porque alegara ser “o rei dos judeus”, os guardas zombaram dele, cuspiram nele e colocaram uma coroa de espinhos em sua cabeça. Somente então, ferido e sangrando, ele foi conduzido a sua jornada final. Carregando sua cruz, ele tropeçou por Jerusalém, como espetáculo e admoestação a todos que o viam, e seguiu pela estrada até o Gólgota.* Lá, pregos foram cravados em suas mãos e pés, e ele foi crucificado. Após sua morte, seu tórax foi perfurado por uma espada. Não há razão para duvidar dos fatos essenciais dessa narrativa. Mesmo os historiadores mais céticos tendem a aceitá-los. “A morte de Jesus de Nazaré na cruz é um fato estabelecido, provavelmente o único fato estabelecido a seu respeito.”¹⁰ Certamente, seu sofrimento nada teve de excepcional. No curso da história romana, dor, humilhação e o prolongado horror da “mais miserável das mortes”¹¹ foram um destino partilhado por milhares.

Mas definitivamente não foi partilhado por milhares o destino de seu corpo. Baixado da cruz, ele foi poupado da vala comum. Reivindicado por um admirador abastado, foi preparado reverentemente para sepultamento, depositado em uma tumba e deixado atrás de uma pesada rocha. Tal é, de qualquer modo, o relato das quatro narrativas iniciais sobre sua morte — narrativas que, em grego, eram chamadas de *euangelia*, “boas-novas”, e

* Embora Jesus seja descrito nos evangelhos carregando um *staurós*, a palavra grega para cruz, o mais provável é que tenha carregado o que, em latim, era chamado de *patibulum*: a barra horizontal da cruz. “Que ele carregue seu *patibulum* pela cidade e então seja pregado a sua cruz.” Assim escreveu o dramaturgo romano Plauto alguns séculos antes da crucificação de Jesus.

seriam conhecidas como evangelhos.* Os relatos não são implausíveis. Sabemos, em função de evidências arqueológicas, que o corpo de um homem crucificado ocasionalmente recebia um enterro digno nos ossuários fora dos muros de Jerusalém. Muito mais surpreendentes, no entanto — para não dizer sem precedentes — são as histórias sobre o que aconteceu depois. Que algumas mulheres, indo até a tumba, descobriram que a rocha na entrada fora arrastada. Que Jesus, nos quarenta dias seguintes, apareceu para seus seguidores não como fantasma ou corpo reanimado, mas ressuscitado em uma nova e gloriosa forma. Que ascendeu aos céus e está destinado a retornar. O tempo o veria ser saudado não somente como homem, mas como deus. Ao suportar o mais agonizante destino imaginável, ele conquistou a própria morte. “Por isso, Deus o exaltou à mais alta posição e lhe deu o nome que está acima de todo nome, para que ao nome de Jesus se dobre todo joelho, no céu, na terra e debaixo da terra.”¹²

A total estranheza de tudo isso, para a vasta maioria das pessoas no mundo romano, não estava na noção de que um mortal pudesse se tornar divino. A fronteira entre celeste e terreno era considerada permeável. No Egito, a mais antiga das monarquias, os reis eram objeto de veneração havia incomensuráveis éons. Na Grécia, contavam-se histórias sobre um “deus herói”¹³ chamado Hércules, um musculoso matador de monstros que, após uma vida de feitos espetaculares, fora retirado das chamas de sua própria pira para se unir aos imortais. Entre os romanos, contava-se uma história similar sobre Rômulo, o fundador de sua cidade. Nas décadas antes da crucificação de Jesus, o ritmo de tais promoções às fileiras divinas começara a se acelerar. O escopo do poder romano se tornara tão vasto que qualquer homem que conseguisse se tornar seu mestre podia ser visto como mais divino que humano. A ascensão aos céus de um deles, um comandante militar chamado Júlio César, fora anunciada pelo clarão de uma estrela incandescente; a de um segundo, filho adotivo de César, que

* Os primeiros textos cristãos, as cartas de Paulo, também relatam que Jesus foi “sepultado” (1 Coríntios 15:4).

conquistara para si o nome de Augusto, por um espírito que fora visto ascendendo — como o de Hércules — de uma pira fúnebre. Mesmo os cétricos que zombavam da possibilidade de que um mortal pudesse realmente se tornar um deus ficavam felizes em aceitar seu valor cívico. “Pois o espírito humano que acredita em sua origem divina será mais ousado na busca de feitos grandiosos, mais enérgico em sua realização e, por sua despreocupação, mais bem-sucedido neles.”¹⁴

A divindade, portanto, era para os maiores entre os grandes: os vitoriosos, os heróis, os reis. Sua medida era o poder de torturar inimigos, não de sofrer torturas: o poder de acorrentá-los às rochas de uma montanha, transformá-los em aranhas ou cegá-los e crucificá-los após conquistar o mundo. Que um homem que fora crucificado pudesse ser saudado como deus inevitavelmente era visto pelo mundo romano como algo escandaloso, obscuro, grotesco. Mas o mais ofendido foi o próprio povo de Jesus. Os judeus, ao contrário de seus governantes, não acreditavam que um homem pudesse se tornar deus; eles acreditavam na existência de uma única deidade, eterna e todo-poderosa. Criadora dos céus e da terra, ela era adorada como Deus Altíssimo, Senhor dos Exércitos, Mestre de toda a Terra. Comandava impérios e fazia montanhas derreterem como cera. Que tal deus, entre todos os deuses, pudesse ter um filho e que esse filho, tendo o destino de um escravo, pudesse ter sido torturado e morto na cruz eram alegações tão estupeficientes que, para a maioria dos judeus, se tornaram repulsivas. Nenhuma inversão mais chocante de suas suposições mais devotamente defendidas podia ser imaginada. Não era meramente blasfêmia, era loucura.

Mesmo aqueles que reconheciam Jesus como *Christos*, o Ungido do Senhor Deus, podiam se encolher à menção da maneira como morreria. Os “cristãos”, como eram chamados, estavam tão conscientes quanto qualquer um das conotações da crucificação. “O mistério da cruz, que nos convoca a Deus, é desprezível e desonroso.”¹⁵ Assim escreveu Justino, o principal apologista cristão de sua geração, um século e meio após o nascimento de Jesus. A tortura do Filho do Deus Altíssimo era simplesmente um horror chocante demais para ser retratado de maneira visual. Os escribas que copiavam os

evangelhos ocasionalmente desenhavam sobre a palavra grega para “cruz” delicados pictogramas que sugeriam o Cristo crucificado, mas, de modo geral, eram somente os feiticeiros e os sátiros que ilustravam sua execução. Contudo, para muitos no mundo romano, esse não era um paradoxo tão intenso quanto poderia parecer. Alguns mistérios eram tão profundos que os mortais não tinham escolha senão mantê-los velados. O resplendor desnudo dos deuses era ofuscante demais para os olhos humanos. Em contraste, ninguém fora cegado pelo espetáculo do Filho do Deus Altíssimo sendo torturado até a morte; mas os cristãos, embora acostumados a fazer o sinal da cruz como gesto de devoção e a contemplar com assombrada reverência os relatos evangélicos sobre os sofrimentos de seu Salvador, parecem ter se recusado a vê-los representados de maneira física.

Foi somente séculos após a morte de Jesus — em uma época na qual, surpreendentemente, até mesmo os césores haviam passado a reconhecê-lo como Cristo — que sua execução começou a emergir como tema aceitável para os artistas. No ano 400, a cruz deixara de ser vista como vergonhosa. Banida como punição décadas antes por Constantino, o primeiro imperador cristão, a crucificação passara a servir para o povo romano como emblema do triunfo sobre o pecado e a morte. Um artista, esculpindo a cena em marfim, podia representar Jesus na sumária tanga de um atleta, tão musculoso quanto qualquer deus antigo. Mesmo quando a metade ocidental do império começou a escapar do domínio dos césores e a ser conquistada por invasores bárbaros, na metade oriental, na qual o poder romano permanecia, a cruz fornecia a um povo sitiado a garantia de que a vitória seria sua. As agonias de Cristo eram indicadores da derrota do mal. Era por isso que, tendo triunfado até mesmo sobre o implemento de sua tortura, ele jamais era mostrado sentindo dor. Sua expressão era serena. Ela o proclamava Senhor do Universo.

Dessa forma, em um império que — a despeito de hoje o chamarmos bizantino — jamais deixou de se afirmar romano, um corpo passou a servir como ícone de majestade. Mas Bizâncio não era o único reino de Cristo. No Ocidente falante de latim, mais de um milênio após o nascimento de Jesus,

uma nova revolução começou a fervilhar. Cada vez mais, havia cristãos que, em vez de afastarem os olhos do horror bruto da crucificação, insistiam em contemplá-la. “Por que, ó minh’alma, você não esteve lá e não foi perfurada por uma espada de amargo pesar ao sentir o tórax de seu Salvador sendo perfurado por uma lança? Por que não pôde suportar ver os pregos violarem as mãos e os pés de seu Criador?”¹⁶ Essa oração, escrita por volta do ano 1070, não era somente ao Deus que reinava em glória no alto, mas ao criminoso condenado que ele fora ao sofrer sua morte humilhante. Seu autor, um brilhante erudito do norte da Itália chamado Anselmo, era nobre de nascimento, correspondia-se com condessas e convivia com reis. Ele era um príncipe da Igreja, fazendo parte da *ecclesia* ou “assembleia” do povo cristão. Anselmo era um homem que combinava nascimento, habilidade e um nome famoso. Ainda assim, mesmo enquanto trabalhava para influenciar o destino da cristandade, ele temia sua própria eminência. E ficou tão perturbado quando foi indicado para liderar a Igreja inglesa que imediatamente teve um sangramento nasal. “A própria expressão ‘propriedade privada’ era para ele uma causa de horror.”¹⁷ Vendo uma lebre encurralada, ele começou a chorar e pediu que o aterrorizado animal fosse libertado. Por mais influente que fosse nos assuntos do mundo, jamais esqueceu que fora em solidão, nudez e perseguição que seu Salvador o redimira. Em sua oração ao Cristo crucificado, copiada e lida por todo o Ocidente latino, Anselmo articulou um novo e importante entendimento do Deus cristão no qual a ênfase estava não em seu triunfo, mas em sua sofredora humanidade.

“Com esse lamento, subitamente, chocantemente, estamos na presença da ruptura...”¹⁸ O Jesus retratado pelos artistas medievais, retorcido, sangrando, morrendo, era uma vítima de crucificação que seus algozes originais teriam reconhecido: já não sereno e vitorioso, mas tomado pela agonia, como teria sido qualquer escravo torturado. A resposta a esse espetáculo, no entanto, estava muito distante da mistura de repulsa e desdém típica da antiga crucificação. Homens e mulheres, quando olhavam para a imagem de seu Senhor fixada na cruz, para os pregos cravados entre tendões e ossos em seus pés, para os braços tão estendidos que pareciam deslocados das

juntas, para a cabeça coroada de espinhos tombada sobre o peito, sentiam não desprezo, mas compaixão, pena e medo. Certamente não faltavam cristãos, na Europa medieval, que se identificavam com os sofrimentos de seu Deus. Os ricos ainda espezinhavam os pobres. Havia forcas nas colinas. A própria Igreja, graças em grande parte aos esforços de homens como Anselmo, fora capaz de reivindicar a antiga primazia de Roma — e, mais que isso, mantê-la. E, mesmo assim, algo fundamental mudara. “Paciência nas tribulações, oferecer a outra face, rezar pelos inimigos, amar aqueles que nos odeiam”:¹⁹ tais eram as virtudes cristãs definidas por Anselmo, derivadas das palavras registradas do próprio Jesus. Conseqüentemente, nenhum cristão, nem mesmo o mais insensível ou desleixado, podia ignorá-las sem alguma medida de censura por parte de sua consciência. Que o Filho de Deus, nascido de uma mulher e sentenciado a ter a morte de um escravo, tivesse perecido sem ser reconhecido por seus juízes era algo capaz de fazer refletir o mais arrogante dos monarcas. Esse fato, consagrado no próprio coração do cristianismo medieval, inscrevia em sua consciência uma visceral e grave suspeita: a de que Deus estava mais próximo dos fracos que dos poderosos, dos pobres que dos ricos. Qualquer mendigo, qualquer criminoso, podia ser Cristo. “Assim, os últimos serão primeiros, e os primeiros serão últimos.”²⁰

Para os aristocratas romanos que, nas décadas anteriores ao nascimento de Jesus, começaram a colonizar o monte Esquilino com pisos de mármore e canteiros floridos, tal sentimento teria parecido grotesco. E, mesmo assim, ele se concretizou. Nenhuma testemunha desse fato foi mais espetacular que a própria Roma. Em 1601, em uma igreja originalmente construída para exorcizar o fantasma de Nero, um César particularmente extravagante e maligno, foi exibida uma pintura que homenageava as origens marginais da ordem cristã na cidade. O artista, um jovem de Milão chamado Caravaggio, recebera a encomenda de pintar uma crucificação: não a de Cristo, mas a de seu principal discípulo, Pedro, um pescador que, de acordo com os evangelhos, abandonara seu barco e suas redes para seguir Jesus e se tornara o “supervisor” — *episcopus* ou “bispo” — dos primeiros cristãos

de Roma, antes de ser condenado à morte por Nero. Desde a execução de Pedro, mais de duzentos homens haviam ocupado o bispado, um cargo que trazia consigo a alegação de primazia sobre toda a Igreja e o título honorário de *Pappas* ou “Pai” — “papa”. Nos mais de quinze séculos desde a morte de Pedro, a autoridade dos papas oscilou, mas, durante a vida de Caravaggio, era formidável. O artista, no entanto, sabia que não devia celebrar sua pompa, seu esplendor ou sua riqueza. A grandeza terrena do papado fora literalmente virada de cabeça para baixo. Pedro, segundo a história, exigira ser crucificado de ponta-cabeça, a fim de não partilhar o destino de seu Senhor, e Caravaggio, escolhendo como tema o exato momento em que a pesada cruz era erguida, retratou o primeiro papa como autenticamente fora: um camponês. Nenhum artista da Antiguidade teria pensado em honrar César representando-o como Caravaggio representou Pedro: torturado, humilhado, quase nu. E, mesmo assim, na cidade dos céares, foi um homem alquebrado por tal destino que foi honrado como guardião das “chaves do Reino dos céus”.²¹ O último realmente se tornara o primeiro.

Assim, o relacionamento do cristianismo com o mundo que lhe deu origem é paradoxal. A fé é ao mesmo tempo o mais duradouro legado da Antiguidade clássica e um indício de sua total transformação. Formada por uma grande confluência de tradições — persa, judaica, grega e romana —, ela sobreviveu ao colapso do império do qual emergiu e se tornou, nas palavras de um erudito judeu, “o mais poderoso sistema cultural hegemônico da história mundial”.²² Na Idade Média, nenhuma civilização da Eurásia era mais congruente com um único e dominante conjunto de crenças quanto o Ocidente latino com sua própria e distintiva forma de cristianismo. Em outros lugares, fosse nas terras do islã, na Índia ou na China, havia vários entendimentos do divino e numerosas instituições para defini-los, mas, na Europa, nas terras que reconheciam a primazia do papa, havia somente a ocasional comunidade judaica para quebrar o total monopólio da Igreja romana. Tal exclusividade era severamente protegida. Aqueles que a perturbavam e se recusavam a se arrepender podiam esperar serem silenciados, expulsos ou mortos. Uma Igreja que adorava um Deus executado

por autoridades displicentes presidia o que foi adequadamente chamado de “sociedade persecutória”.* Aqui, na convicção de que as crenças serviam para definir um homem ou uma mulher, estava outro indício do impacto transformador da revolução cristã. O fato de os cristãos estarem dispostos a morrer dando testemunho de suas crenças, como mártires, fora precisamente o que os marcara, aos olhos das autoridades romanas, como sinistros e aberrantes. Mas isso mudara. O tempo vira os subversivos prevalecerem. Na cristandade medieval, os ossos dos mártires eram tesouros, e a Igreja patrulhava a crença. Ser humano era ser cristão; ser cristão era acreditar.

A Igreja romana estava correta ao chamar a si mesma de “católica”, significando “universal”. Não havia praticamente nenhum ritmo da vida que não fosse definido por ela. Do alvorecer ao pôr do sol, do auge do verão às profundezas do inverno, da hora do nascimento ao último suspiro, os homens e mulheres da Europa medieval absorviam as suposições cristãs em seus ossos. Mesmo quando, no século anterior a Caravaggio, a cristandade católica começou a se fragmentar e novas formas de cristianismo começaram a surgir, a convicção dos europeus de que sua fé era universal permaneceu profundamente enraizada. Ela os inspirou na exploração de continentes sequer sonhados por seus antepassados, na conquista dos continentes que foram capazes de subjugar e reconsagrar como Terra Prometida e na tentativa de converter os habitantes dos continentes que não conseguiram conquistar. Fosse na Coreia ou na Tierra del Fuego, no Alasca ou na Nova Zelândia, a cruz na qual Jesus fora torturado até a morte passou a servir como símbolo mais globalmente reconhecido de um deus, em qualquer época. “Repreendeste as nações e destruístes os ímpios; para todo o sempre apagaste o nome deles.”²³ O homem que saudou a rendição japonesa em 1945 citando as Escrituras e louvando Cristo não foi Truman, Churchill nem De Gaulle, mas o líder chinês Chiang Kai-shek. Mesmo no século XXI, quando a maré de domínio ocidental começa a recuar palpavelmente, suposições

* A expressão vem do título do livro de R. I. Moore *The Formation of a Persecuting Society* [A formação de uma sociedade persecutória].

nascidas da fé ancestral europeia continuam a estruturar a maneira como o mundo se organiza. Seja na Coreia do Norte ou nas estruturas de comando das células terroristas jihadistas, há poucos tão ideologicamente opostos ao Ocidente que não se vejam obrigados a empregar o sistema internacional de datas. Sempre que fazem isso, são subliminarmente lembrados das alegações feitas pelo cristianismo sobre o nascimento de Jesus. O próprio tempo foi cristianizado.

Como um culto inspirado pela execução de um criminoso obscuro em um império há muito desaparecido pôde exercer uma influência tão transformadora e duradoura no mundo? Tentar responder a essa pergunta, como faço neste livro, não é escrever a história do cristianismo. Em vez de fornecer um resumo panorâmico de sua evolução, tentei analisar as correntes de influência cristã que se disseminaram mais amplamente e se mostraram mais duradouras. É por isso que — embora tenha escrito extensamente sobre as igrejas oriental e ortodoxa em outros textos e encare esse tema com imenso assombro e fascinação — escolhi não acompanhar seu desenvolvimento para além da Antiguidade. Minha ambição já é grande o bastante: explorar como nós, no Ocidente, nos transformamos naquilo que somos e passamos a pensar como pensamos. A reviravolta moral e imaginativa que viu Jesus consagrado como deus pela mesma ordem imperial que o condenou a ser torturado até a morte não encerrou a capacidade do cristianismo de inspirar profundas transformações nas sociedades. Antes o oposto. Quando Anselmo morreu, em 1109, a cristandade latina já estava em um curso tão distinto que o que hoje chamamos de “Ocidente” é menos seu herdeiro que sua continuação. Sonhar com um mundo transformado pela reforma, pela revelação ou pela revolução não é algo exclusivamente moderno. É antes sonhar como sonhavam os visionários medievais: sonhar à maneira de um cristão.

Hoje, em uma era de sísmico realinhamento geopolítico, quando nossos valores não se mostram nem de longe tão universais quanto alguns acha-

vam ser, a necessidade de reconhecer quão culturalmente contingentes eles são é mais urgente que nunca. Viver em um país ocidental é viver em uma sociedade ainda profundamente saturada de suposições e conceitos cristãos. Isso não é menos verdadeiro para judeus ou muçulmanos do que é para católicos ou protestantes. Dois mil anos após o nascimento de Cristo, não é preciso acreditar que ele se ergueu dos mortos para ser marcado pela formidável — de fato, inescapável — influência do cristianismo. Seja a convicção de que os mecanismos da consciência são os mais seguros determinantes das boas leis, de que a Igreja e o Estado existem como entidades distintas ou de que a poligamia é inaceitável, seus elementos podem ser encontrados em todo o Ocidente. Mesmo escrever em uma língua ocidental é usar palavras permeadas de conotações cristãs. “Religião”, “secular”, “ateu” — nenhuma dessas palavras é neutra. Todas elas, embora derivem do passado clássico, trazem consigo o legado da cristandade. Falhar em entender isso é correr o risco de anacronismo. Por mais vazios que estejam os bancos das igrejas, o Ocidente permanece firmemente atracado a seu passado cristão.

Alguns ficarão exultantes com essa afirmação; outros, alarmados. O cristianismo pode ser o legado mais duradouro e influente do mundo antigo, e sua emergência foi o evento mais transformador da história ocidental, mas também o mais desafiador para um historiador. No Ocidente, particularmente nos Estados Unidos, ele certamente é a fé dominante. No mundo, mais de 2 bilhões de pessoas — quase um terço da população do planeta — subscrevem essa fé. Diferentemente de Osíris, Zeus ou Odin, o Deus cristão continua forte. A tradição de interpretar o passado como o dedo de Deus traçando padrões através do tempo — que remonta ao início da fé cristã — permanece viva. A crucificação de Jesus, para os muitos milhões que o veneram como Filho do Senhor Deus, Criador do céu e da terra, não foi meramente um evento histórico, mas o próprio eixo em torno do qual gira o cosmos. Mas os historiadores, por mais alertas que estejam para o poder desse entendimento e para a maneira como alterou o curso do mundo, não pretendem provar que ele é verdadeiro. Em vez disso, estudam o cristianismo pelo que ele pode revelar não sobre Deus, mas sobre a humanidade.

Como qualquer outro aspecto da cultura e da sociedade, eles supõem que as crenças têm origem mortal e são modeladas pela passagem do tempo. Olhar para o sobrenatural em busca de explicações para o que aconteceu no passado é envolver-se com a apologética: uma atividade perfeitamente respeitável, mas que não constitui história da maneira como passamos a entendê-la no Ocidente moderno.

Não obstante, se os historiadores do cristianismo precisam lidar com a fé, eles também precisam lidar com a dúvida. Não é somente no caso dos fiéis que a interpretação da história cristã tende a ser profundamente pessoal. O mesmo pode ser dito dos céticos. Em 1860, em uma das primeiras discussões públicas sobre o recentemente publicado *A origem das espécies*, de Charles Darwin, o bispo de Oxford notoriamente zombou da teoria de que seres humanos podiam ser produto da evolução. Hoje, no entanto, o pêndulo está do outro lado. “Como somos todos pessoas do século XXI, subscrevemos um consenso bastante amplo sobre o que é certo ou errado.”²⁴ Foi o que declarou Richard Dawkins, o ateu mais evangélico do mundo. Argumentar que, no Ocidente, o “consenso bastante amplo sobre o que é certo ou errado” deriva principalmente das suposições e dos ensinamentos cristãos pode parecer, em sociedades com muitas fés, quase ofensivo. Mesmo nos Estados Unidos, onde o cristianismo permanece sendo uma força muito mais vibrante que na Europa, um número crescente de pessoas passou a ver a fé ancestral do Ocidente como algo fora de moda: uma relíquia de tempos antigos e mais supersticiosos. Assim como o bispo de Oxford se recusou a considerar que podia ser descendente de um macaco, muitos no Ocidente se mostram relutantes em considerar que seus valores e mesmo sua falta de fé podem ter origens cristãs.

Afirmo isso com certa confiança porque, até muito recentemente, partilhei dessa relutância. Embora, quando criança, fosse levado à igreja todos os domingos por minha mãe e rezasse solenemente todas as noites, desde cedo experimentei o que hoje reconheço ter sido quase uma crise de fé vitoriana. Ainda lembro do choque que senti quando, certo dia na escola dominical, abri uma Bíblia para crianças e encontrei, na primeira página,

uma ilustração de Adão e Eva ao lado de um braquiossauro. Eu respeitava as histórias bíblicas, mas estava absolutamente certo de uma coisa: nenhum ser humano jamais vira um saurópode (para meu pesar). O fato de o professor parecer não se incomodar com esse erro só aumentou minha sensação de ultraje e perplexidade. Houvera dinossauros no Jardim do Éden? Ele parecia não saber nem se importar. Uma leve sombra de dúvida passou a obscurecer minha confiança na veracidade do que eu aprendia sobre a fé cristã.

Com o tempo, essa sombra aumentou. Minha obsessão pelos dinossauros — glamourosos, ferozes, extintos — evoluiu para a obsessão com os antigos impérios. Quando eu lia a Bíblia, o foco de minha fascinação era menos nos filhos de Israel ou Jesus e seus discípulos e mais em seus adversários: os egípcios, os assírios, os romanos. De modo similar, embora continuasse a acreditar vagamente em Deus, descobri que ele era infinitamente menos carismático que os deuses gregos: Apolo, Atena, Dioniso. Gostava da maneira como eles não ditavam leis ou tratavam as outras deidades como demônios e admirava seu glamour de astros do rock. Como resultado, quando li Edward Gibbon e sua grandiosa história sobre o declínio e a queda do Império Romano, estava pronto para aceitar sua interpretação do triunfo do cristianismo como início de uma “era de superstição e credulidade”.²⁵ Meu instinto infantil de ver o Deus bíblico como inimigo carrancudo da liberdade e da diversão foi racionalizado. A derrota do paganismo dera início ao reino do Pai de Ninguém e aos vários cruzados, inquisidores e puritanos de chapéu preto que serviam como seus acólitos. A cor e a excitação haviam sido drenadas do mundo. “Venceste, pálido galileu”, escreveu o poeta vitoriano Algernon Charles Swinburne, ecoando o lamento apócrifo de Juliano, o Apóstata, o último imperador pagão de Roma. “O mundo ficou cinzento em razão de teu sopro.”²⁶ Instintivamente, eu concordava.

Contudo, nas duas últimas décadas, minha perspectiva mudou. Quando escrevi meus primeiros textos de história, escolhi como tema os dois períodos que mais haviam me interessado e emocionado quando criança: as invasões persas da Grécia e as últimas décadas da República Romana. Os anos que passei escrevendo esses estudos gêmeos sobre o mundo clássico,

vivendo intimamente na companhia de Leônidas e Júlio César, dos hoplitas que haviam morrido nas Termópilas e dos legionários que haviam cruzado o Rubicão, só confirmaram minha fascinação, pois Esparta e Roma, mesmo quando sujeitadas à detalhada investigação histórica, mantinham seu glamour como predadoras de sucesso. Continuavam a assombrar minha imaginação, como sempre haviam feito: como grandes tubarões brancos, como tigres, como tiranossauros. Mas carnívoros gigantes, por mais maravilhosos que sejam, são naturalmente aterrorizantes. Quanto mais tempo eu passava imerso no estudo da Antiguidade clássica, mais alienígena eu a achava. Os valores de Leônidas, cujo povo praticava uma forma peculiarmente letal de eugenia e treinava seus jovens para assassinar *Untermenschen* [sub-humanos] arrogantes durante a noite não eram os meus; tampouco os de César, que supostamente matou 1 milhão de gálicos e escravizou outro milhão. Não era somente sua extrema insensibilidade que me perturbava, mas também a ausência de qualquer senso de que os pobres e os fracos podiam ter algum valor intrínseco. Por que eu achava isso perturbador? Porque, em minha moral e minha ética, não era espartano nem romano. O fato de minha crença em Deus ter se esmaecido durante a adolescência não significava que eu deixara de ser cristão. Durante mais de um milênio, a civilização em que eu nascera fora a cristandade. As suposições com as quais eu crescera — sobre como uma sociedade deve ser organizada e que princípios deve defender — não derivavam da Antiguidade clássica e muito menos da “natureza humana”, mas muito distintamente do passado cristão daquela civilização. O impacto do cristianismo no desenvolvimento da civilização ocidental foi tão profundo que saiu de vista. Somente as revoluções incompletas são lembradas; o destino das que triunfam é serem esquecidas.

A ambição de *Domínio* é analisar o curso daquilo que um cristão, escrevendo no século III, chamou de “maré alta de Cristo”:²⁷ como a crença de que o Filho do Deus único dos judeus foi torturado até a morte em uma cruz passou a ser tão duradoura e disseminada que, hoje em dia, quase ninguém no Ocidente percebe quão escandalosa ela foi em sua origem. Este livro explora aquilo que tornou o cristianismo tão subversivo e inovador;



PREFÁCIO

o quão completamente ele saturou a mentalidade da cristandade latina; e por que, em um Ocidente que frequentemente duvida de alegações religiosas, tantos de seus instintos permanecem — para o bem e para o mal — totalmente cristãos.

Essa é — para usar uma expressão conhecida — a maior história de todos os tempos.

